

## Prefeitura Municipal de Ananindeua Controladoria Geral

32

Parecer no: 1684/CGM/2014

Processo: 10320/2014/SESAU

Procedência: Gabinete/ASJUR/SESAU.

Objeto: Análise da Fundamentação Legal do Termo de Dispensa de Licitação nº

028/2014/SESAU.

## Ao Gabinete/ASJUR/SESAU

Os autos do *Processo nº 10320/ASJUR/SESAU*, referem-se a Dispensa de Licitação para locação do imóvel urbano para fins não residenciais, situado no Conjunto Cidade Nova V. WE 30, nº 672, Bairro do Coqueiro, no Município de Ananindeua/Pará, destinado a instalação do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas- CAPS ADIII, da Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua, por um período de 12(doze) meses.

Sobre a Fundamentação Legal de Dispensa de Licitação, assim nos manifestamos:

- 1) Houve solicitação formal para o aluguel do imóvel, conforme o Memº 676/2014DT de 30 de junho de 2014, subscrito por Maria Jucinete Oliveira de Souza-COREN 8614 (fis. 01).
- 2) A justificativa para Dispensa de Licitação está devidamente enquadrada nos casos e normas enunciados na *Lei nº* 8.666/93.
- 3) Está inserido nos autos o *Parecer nº 130/2014/ASJUR/SESAU*, que se manifesta favorável pela adoção do procedimento de Dispensa de Licitação, para locação do imóvel urbano para acolher o CAPS ADIII, pelos requisitos essenciais para aplicação do disposto no *Art. 24, X, da Lei nº 8.666/93*, assinado em 06 de agosto de 2014, por *Breno de Carvalho Nunes OAB/PA nº 8986-Diretor da ASJUR/SESAU*. (fls. 20 a 26).
- 4) Houve justificativa e autorizo pelo Sr. Marco Antonio Luz e Silva-Secretário M. de Saúde de Ananindeua, em 08 de agosto de 2014, determinando a Dispensa de Licitação, em observância ao disposto no Art. 24, Inciso X, da Lei ng



## Prefeitura Municipal de Ananindeua Controladoria Geral

8.666/93 e suas alterações posteriores, devendo ser norteado pelo que preceitua o Art. 26, Caput e Parágrafo Único, e nos termos do Parecer nº 130/2014/ASJUR/SESAU. (fls. 27 e 28).

- 5) Está acostado aos autos a Minuta Contratual, fls. 29 a 32, onde se encontra identificado o objeto contratual, e contempla o regime de execução, constando no mesmo, o preço, as condições de pagamento, os critérios de pagamento, a data base, a periodicidade do reajustamento, o preço do aluguel, os deveres das partes interessadas, e a legislação aplicável. (29 a 32).
- 6) Estão ainda presentes nos autos do processo, nas fls. 02 o Relatório de Visita de 23 de junho de 2014, assinado por *Tatiana Viana Maciel, Ana Cristina de Oliveira Senna- Coordenadora em Organização e Métodos*.

Os documentos exigidos, (fls. 03 a 10), o Laudo de Avaliação para locação (fls. 11 a 15), de 30 de junho de 2014, assinado por *Ricardo Rizziolii- Arquiteto*.

- 7) Nas fls. 17, está informada pelo Coordenador do Fundo Municipal de Saúde, a Dotação Orçamentária para atender o aluguel do imóvel para sediar o CAPS Álcool e Drogas, pelo período de 12(doze) meses, no valor mensal de *R\$ 4.000,00* (quarenta e oito mil reais).
- 8) Encaminhamos para providências cabíveis, recomendando sua publicação nos prazos previstos em Lei, e a obediência a IN 004/2003 TCM.

Ananindeua, 18 de Agosto de 2014.

CONTROLE INTERNO

